



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 16/2021

CARTA-CONTRATO N. 16/2021

PROCESSO SEI N. [0002897-07.2021.6.22.8000](#)

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA GOSHME
SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA,
PARA FORNECIMENTO DE ASSINATURA
ANUAL COM 10 (DEZ) ACESSOS À
PLATAFORMA DIGITAL JUSBRASIL.**

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893/SSP-RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **07.112.529/0001-46**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1186, Ed. Catabas Center, 6º andar - Salas 601 e 602 - Bairro: Caminho das Árvores. - CEP.: 41.820-021, Município Salvador-Estado Bahia, Telefones: (71) 3035-2528 e (31) 971630518, E-mails: comercial@jusbrasil.com.br; suporte@jusbrasil.com.br, neste ato representada por **PEDRO TWIASCHOR KUCZYNSKI**, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade n. 35.335.9579-SSP/SP, CPF n. 378.434.348-10.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 1399/2021-PRES/DG, de 15/10/2021.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Esta Carta-Contrato tem por objeto a prestação de serviço para fornecimento de 10 (dez) assinaturas, com acesso individual à plataforma digital Jusbrasil, Plano Jusbrasil PRO, conforme especificações constantes do Projeto Básico respectivo e da Proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira - O acesso à plataforma do Jusbrasil será por meio de conta registrada no site <https://www.jusbrasil.com.br/>, mediante cadastro de usuário e senha.

Subcláusula Segunda - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição o Projeto Básico respectivo (evento [0743246](#)), a proposta da CONTRATADA (evento [0741786](#)) e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 24/10/2021, e não poderá ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 2.784,00** (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais), resultando o custo por usuário em R\$ 278,40 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), consoante proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, PROGRAMA DE TRABALHO:

02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-01, Nota de Empenho 2021NE000355, de 18/10/2021, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento será efetuado em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Itaú, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, devidamente atestada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - Para efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento com a retenção de valores para assegurar eventual aplicação de multa.

Subcláusula Quarta - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quinta - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Proceder o pagamento nos termos especificados neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução desta carta-contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência possa acarretar a aplicação das sanções previstas neste instrumento;
4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto nesta carta-contrato;
5. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização “on-line” da Plataforma Jusbrasil e a disponibilização das senhas para 10 (dez) acessos simultâneos, se atendidas todas as exigências.
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, fazendo cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas neste instrumento;
7. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, inclusive alertando-a acerca da proximidade do vencimento de prazos e obrigações que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
8. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
9. Cumprir as demais obrigações consignadas contratualmente.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA.
2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.
3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Manter, durante a execução desta carta-contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução deste instrumento.
5. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contratado.
6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.
7. Disponibilizar ao CONTRATANTE, durante a vigência deste instrumento, 10 (dez) acessos, sendo que o acesso será efetuado por meio *login* e senha no site do Jusbrasil, determinados pelo adquirente. A equipe Jusbrasil se encarregará de habilitar a funcionalidade da Plataforma Jusbrasil para os *logins* solicitados. O suporte técnico poderá ser solicitado através do e-mail: suporte@jusbrasil.com.br.
8. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.
9. Fornecer e disponibilizar para o Usuário um conjunto específico de funcionalidades e ferramentas para otimizar o uso da Plataforma Jusbrasil e dos serviços e suporte necessários disponíveis no site ou através do contato com o suporte@jusbrasil.com.br.
10. Encaminhar a senha de acesso exclusivo dos 10 (dez) servidores que terão acesso a plataforma quando enviado a Jusbrasil à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, a quem competem às funções de fiscalização do contrato.
11. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.
12. Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA;
13. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial desta contratação (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93);
14. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência, após a assinatura deste instrumento, de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

- a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e
- b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

16. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico respectivo e na proposta comercial, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das sanções ora previstas.

Subcláusula Primeira – O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.

IV - atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si, inclusive com a penalidade de multa e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Quarta - As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

Subcláusula Quinta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sexta - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Oitava - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nona- Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Terceira – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – Havendo alteração unilateral desta Carta-contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, e a fiscalização desta Carta-Contrato será exercida pelo titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, ou por seus respectivos substitutos, em suas ausências, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Primeira - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Subcláusula Segunda - Os procedimentos adotados são os previstos nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento, que depois de lido e ratificado é assinado pelas partes e testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 18 de outubro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	PEDRO TWIASCHOR KUCZYNSKI Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/10/2021, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO TWIASCHOR KUCZYNSKI, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/10/2021, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 21/10/2021, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0751841** e o código CRC **AA048D23**.

0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

Contratação direta: <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com</i>	() Dispensa de licitação. Art. 24, inciso ____ da Lei n. 8.666/93. (x) Inexigibilidade de licitação – Art. 25, ____, da Lei n. 8.666/93.
---	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<i>valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	
Unidade solicitante:	Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral
Unidade demandante:	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação -CJD
Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:	Everaldo Cardoso Lopes Marta de Lucia Silva Souza.
Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?	(x) Sim. () Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.
Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?	() Não. (Se assinalado, não responder os demais). (x) Sim. () Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos? () As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?
Justificativa:	A Jusbrasil Pro é um produto que consiste em assinatura anual de acesso individual aos benefícios Jusbrasil. O acesso se dá pela conta registrada no site https://www.jusbrasil.com.br/ , cujo email e senha são de escolha do usuário em questão. Pelo plano institucional, faz-se a aquisição de uma quantidade mínima de 05 acessos. O produto traz a possibilidade de copiar, de forma ilimitada, ementas para citação de jurisprudências disponíveis na plataforma que são publicadas pelos principais tribunais do país. Sendo possível, também, fazer downloads,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	em formato PDF, dos diários oficiais de justiça que estão disponíveis dentro da plataforma do Jusbrasil. Além disso, oferece recurso para monitorar termos inclusos nos Diários Oficiais; podendo o usuário monitorar nome de pessoa ou empresa, nome de advogado, número da OAB, número de processo, nome ou número da legislação ou, ainda, qualquer outro termo ou expressão que faça referência a temas e/ou assuntos diversos.
Objeto:	Assinatura anual Jusbrasil PRO 10 usuários
Quantidade: <i>(Estimativa das quantidades (unidades)).</i>	Previsão inicial de valores: () Não. () Sim. Informar: Valor anual de 10 usuários: R\$ R\$ 2.784,00 (valor total com 20% de desconto)
Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:	24/10/2021

0002897-07.2021.6.22.8000

0741788v2



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 22/09/2021, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0741788** e o código CRC **BB624919**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

Unidade solicitante:	Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral
Unidade demandante:	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:	Marta de Lucia Silva Souza Everaldo Cardoso Lopes
Objeto:	Assinatura anual Jusbrasil PRO 30 usuários
Quantidade:	30 usuários
Plano Anual de Contratação (PAC):	(<i>x</i>) <i>Sim.</i> () <i>Não. Justificativa da necessidade:</i>
Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:	24/10/2021

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0002897-07.2021.6.22.8000

0736862v2



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 09/09/2021, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0736862** e o código CRC **4CFF4505**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 6/2021 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

07417861. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, e 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05 e da Resolução TSE n. 23.234/2010, em conformidade com a legislação que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos (Leis n.s 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012), apresenta-se este Termo de Referência com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação especializada na Prestação de Serviço de Sites e aplicações da Rede Jusbrasil são oferecidos pela pessoa jurídica de direito privado com a seguinte Razão Social: GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA. CNPJ: 07.112.529/000146.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Jusbrasil Pro é um produto que consiste em assinatura anual de acesso individual aos benefícios Jusbrasil. O acesso se dá pela conta registrada no site <http://www.jusbrasil.com.br/>, cujo email e senha são de escolha do usuário em questão. Pelo plano institucional, faz-se a aquisição de uma quantidade mínima de 05 acessos. O produto traz a possibilidade de copiar, de forma ilimitada, ementas para citação de jurisprudências disponíveis na plataforma que são publicadas pelos principais tribunais do país. Sendo possível, também, fazer downloads, em formato PDF, dos diários oficiais de justiça que estão disponíveis dentro da plataforma do Jusbrasil. Além disso, oferece recurso para monitorar termos inclusos nos Diários Oficiais; podendo o usuário monitorar nome de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pessoa ou empresa, nome de advogado, número da OAB, número de processo, nome ou número da legislação ou, ainda, qualquer outro termo ou expressão que faça referência a temas e/ou assuntos diversos.

A abrangência das buscas segue a descrição a seguir:

DOU: todas as seções de 1890-2020

DJU: seções 1, 2 e 3 de 2004-2007

Consulta processual: todos os TJs, TRTs, TRFs e superiores

Legislação: 1970-2020

O Acompanhamento de publicações de diários do Tribunais de Contas é possível para os seguintes estados: Bahia; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande do Sul; Rondônia; Santa Catarina.

A plataforma Jusbrasil recebe cerca de 28 milhões de usuários únicos por mês com mais de 122 mil assinantes. A base jurídica contempla mais de 36 milhões de jurisprudências e 20 mil modelos para download, recebe cerca de 500 fontes de dados automaticamente todos os dias e abrange 100% das legislações federais e estaduais.

O acesso é feito por login e senha no site do Jusbrasil, determinados pelo adquirente. A equipe Jusbrasil se encarrega de habilitar a funcionalidade para os logins solicitados. Vale ressaltar que cada acesso é único e contempla um único usuário, não sendo permitido o compartilhamento de login.

O Suporte técnico pode ser solicitado através do e-mail suporte@jusbrasil.com.br.

A plataforma digital Jusbrasil visa atender as constantes demandas de pesquisas pelos servidores principalmente assessores jurídicos os que atuam como assessores ao pleno e gestores.

Tal medida resulta na ampliação do acesso ao conhecimento, em especial pelos servidores das zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal.

A presente contratação permitirá a continuidade de um serviço com crescente aceitação, minimizando, inclusive, o problema fático da barreira física em relação às zonas eleitorais.

2.1. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RO

Deve-se registrar, também, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 3º da Resolução TSE 23.234/10 e art. 1º, inciso I, da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 5, de 26 de maio de 2017 que a contratação dos serviços aqui definidos vai ao encontro do OBJETIVO ESTRATÉGICO traçado no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgão, de aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação, visando garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais ao desenvolvimento das atividades do TRE/RO, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Estratégia adotada: Elaborar proposta orçamentária sempre com o diferencial de projetos inovadores.

Ação Compatível: Promover aquisição de bens e serviços que possuam sempre a melhor relação custo-benefício.

A presente contratação possibilitará que maior número de servidores utilize o acervo da Biblioteca Digital, racionalizando o gasto público, pois, com a ampliação do acesso a doutrina e jurisprudência atualizadas, os servidores poderão alcançar capacitação de qualidade para exercer suas atribuições.

2.2. DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação da assinatura da Jusbrasil Pro possui previsão no orçamento desta unidade para o exercício de 2021, devendo a despesa ser custeada pelo orçamento ordinário, conforme demonstrativo abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 2.784,00

3. DO OBJETO

Assinatura anual Jusbrasil PRO | 10 usuários

3.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Os Serviços do Jusbrasil são fornecidos pela Goshme Soluções para Internet Ltda., CNPJ nº 07.112.529/0001-46, titular da propriedade intelectual sobre software, website, aplicativos, conteúdos e demais ativos digitais ou não, relacionados à Plataforma e aos Serviços do Jusbrasil ("Jusbrasil"), incluindo os serviços disponibilizados pela plataforma Jurídico Certo, que são pertencentes e operados pela Marca Criativa Serviços de Internet LTDA, registrada sob o CNPJ nº 19.634.928/0001-56.

O Jusbrasil é uma Plataforma que visa licenciar o uso de seu software, website,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicativos, conteúdos e demais ativos de propriedade intelectual, fornecendo ferramentas para auxiliar e dinamizar o dia a dia dos operadores do direito, bem como facilitando a busca por conteúdo jurídico pelo público em geral, sempre em busca de conectar as pessoas à justiça.

Quanto a abrangência das buscas segue a descrição a seguir:

DOU: todas as seções de 1890-2020

DJU: seções 1, 2 e 3 de 2004-2007

Consulta processual: todos os TJs, TRTs, TRFs e superiores

Legislação: 1970-2020

O Acompanhamento de publicações de diários do Tribunais de Contas é possível para os seguintes estados: Bahia; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande do Sul; Rondônia; Santa Catarina.

A plataforma Jusbrasil recebe cerca de 28 milhões de usuários únicos por mês com mais de 122 mil assinantes. A base jurídica contempla mais de 36 milhões de jurisprudências e 20 mil modelos para download, recebe cerca de 500 fontes de dados automaticamente todos os dias e abrange 100% das legislações federais e estaduais.

Alguns Recursos Especiais PRO

Downloads ilimitados* Ementas para citação ilimitadas Alertas ilimitados

Baixe e imprima páginas originais dos Diários Oficiais * não é permitido acesso robotizado.

Ementas prontas para copiar e colar em seus trabalhos

Monitore nomes, empresas, processos e assuntos de seu interesse no Jusbrasil

E mais. Seu plano contempla ainda...

✓ Atendimento especial

Assinantes corporativos têm atendimento preferencial e contam com suporte mais rápido

✓ E mais recursos

Conheça todas as vantagens do plano PRO em: **www.jusbrasil.com.br/pro**

4. DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO- INEXIGIBILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os Serviços do Jusbrasil são fornecidos pela Goshme Soluções para Internet Ltda., CNPJ nº 07.112.529/0001-46, titular da propriedade intelectual sobre software, website, aplicativos, conteúdos e demais ativos digitais ou não, relacionados à Plataforma e aos Serviços do Jusbrasil (“Jusbrasil”), incluindo os serviços disponibilizados pela plataforma Jurídico Certo, que são pertencentes e operados pela Marca Criativa Serviços de Internet LTDA, registrada sob o CNPJ nº 19.634.928/0001-56.

Conforme declaração de exclusividade em anexo ([0736845](#))

Ante a exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa a contratação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93.

5. DO VALOR

O valor anual Jusbrasil PRO assinatura para 10 usuários, objeto deste Projeto Básico, é de R\$ 2.784,00 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais), com valor unitário anual, por usuário, no total de R\$ 278,40 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), já incluso o desconto de 20% informado na proposta.

Proposta de Assinatura Jusbrasil PRO - 12 (doze) meses a partir da data de habilitação do plano.

5.1. DA COTAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Conforme documento incluso nos eventos [0741803](#)), [0741804](#) e [0741806](#) os preços contratados com outras entidades públicas são os seguintes: (em pesquisa)

1) Arquivo nacional, no valor de R\$ 1784,00, sendo o total de 5 usuários, no valor de R\$ 356,80 por usuário;

2) Prefeitura Municipal de Rio Verde, no valor de R\$ 1.670,40, sendo o total de 6 usuários, no valor de R\$ 278,40 por usuário;

3) Procuradoria Regional Trabalho 15ª Região, no valor de R\$ 1.470,00, sendo o total de 5 usuários, no valor de R\$ 295,80 por usuário;

Dessa forma, a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

6. DADOS DA EMPRESA

Goshme Soluções para Internet Ltda., CNPJ nº 07.112.529/0001-46,

Representante da empresa: Patricia Moreira - Gerente de Contas - TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Celular: +55 (31) 97163-0518

E-mail: patricia@jusbrasil.com.br

Portal: <https://www.jusbrasil.com.br/>,

Dados Bancários: Titular da Conta: Goshme Soluções para internet LTDA

Banco Itaú

Agência: 3214

Conta Corrente: 75267-1

7. DA CARTA-CONTRATO

O prazo da contratação almejada será de 12 (doze) meses, após a assinatura da carta contrato, podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 OBRIGA-SE A CONTRATADA

8.1.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da contratada.

8.1.2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

8.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos.

8.1.4. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

8.1.5. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o contratante, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

8.1.7. Disponibilizar ao contratante, durante a vigência da carta-contrato, 30 acessos. O acesso é feito por login e senha no site do Jusbrasil, determinados pelo adquirente. A equipe Jusbrasil se encarrega de habilitar a funcionalidade da Plataforma Jusbrasil para os logins solicitados. O suporte técnico pode ser solicitado através do email suporte@jusbrasil.com.br.

8.1.8. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

8.1.9. Fornecer e disponibilizar para o Usuário um conjunto específico de funcionalidades e ferramentas para otimizar o uso da Plataforma Jusbrasil e dos Serviços, e suporte necessários disponíveis no site ou através do contato com o suporte@jusbrasil.com.br.

8.1.10. Encaminhar a senha de acesso exclusivo dos 30 servidores que terão acesso a plataforma quando enviado a Jusbrasil. À Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, a quem competem às funções de fiscalização do contrato.

8.1.11. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

8.2. OBRIGA-SE O CONTRATANTE

8.2.1. Proceder aos pagamentos nos termos especificados no contrato.

8.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.

8.2.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade observada na execução do contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a reincidência passível de aplicação das sanções previstas no item dez deste termo de referência.

8.2.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto no contrato.

8.2.5. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disponibilização “on line” da Plataforma Jusbrasil e a disponibilização das senhas para 30 (trinta) acessos simultâneos, se atendidas todas as exigências.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Itaú, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

9.2. A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado.

9.3. No ato do pagamento, a contratada deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.6. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.

IV - atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.

10.4. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento nos arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU nº 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.5. O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

11.1 A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela fiscalização do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.

11.2. A gestão o do contrato será realizada pelo (a) titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o(a) substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

11.3. A atuação, ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderão ser invocados para eximir a contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços.

11.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

11.5. O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

12. ANEXOS

São anexos deste Projeto Básico:

1. Proposta Comercial ([0741786](#));
2. Declaração de Exclusividade ([0736845](#));
- 3.. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0733259](#));
4. Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais (0733256);
5. Certificado de Regularidade do FGTS - ([0733258](#));



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 22/09/2021, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0741840** e o código CRC **45235C67**.

0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

Valor estimado da contratação:	R\$ R\$ 2.784,00 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais)
Forma de aquisição:	() Licitação. (x) Aquisição direta.
Classificação da contratação:	(x) Aquisições e contratações gerais, EXCETO obras e serviços de engenharia e prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 26 de maio de 2017. () SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).
Objeto: <i>(Descrição sucinta do objeto que será estimado)</i>	Assinatura anual Jusbrasil PRO 10 usuários
Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa	Servidor: Everaldo Cardoso Lopes - Chefe da SEPM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de preços: <i>(indicar também a unidade de lotação)</i>	
Norma utilizada para a estimativa de preços:	<input checked="" type="checkbox"/> Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020. <input type="checkbox"/> Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR):
Critérios: <i>(situações específicas de cada objeto)</i>	A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 4º da IN SG/ME 73/20. <input type="checkbox"/> INFORMAR quais condições constaram da cotação: <input checked="" type="checkbox"/> Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR): Não foi expedida cotação de preços ao mercado. Trata-se de fornecedor exclusivo.
Parâmetros adotados na estimativa de preços:	I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/20 foram utilizados: <input type="checkbox"/> Inciso I - Pannel de Preços; <input checked="" type="checkbox"/> Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos; <input type="checkbox"/> Inciso III - Sados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; <input type="checkbox"/> Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores. II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>() Sim</p> <p>() Não (JUSTIFICAR): Não foi expedida cotação de preços ao mercado. Trata-se de fornecedor exclusivo.</p> <p>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 73/20.</p> <p>() Sim, todos.</p> <p>() Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>(x) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20 DESCREVER os critérios e parâmetros adotados na pesquisa de preços: Como se trata de fornecedor exclusivo, o preço proposto foi comparado com outros praticados pelo mesmo proponente com a Administração Pública.</p>
Metodologia para obtenção da estimativa de preços:	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.</p> <p>(x) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>() Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I, em especial, quando houver <u>grande variação</u> entre os valores apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>Conforme documento incluso nos eventos 0741803, 0741804 e 0741806 os preços contratados com outras entidades públicas são os seguintes: (em pesquisa)</p> <p>1) Arquivo nacional, no valor de R\$ 1.479,00, sendo o total</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 5 usuários, no valor de R\$ 295,80 por usuário;

2) Prefeitura Municipal de Rio Verde, no valor de R\$ 1.670,40, sendo o total de 6 usuários, no valor de R\$ 278,40 por usuário;

3) Procuradoria Regional Trabalho 15ª Região, no valor de R\$ 1.470,00, sendo o total de 5 usuários, no valor de R\$ 295,80 por usuário;

Dessa forma, a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

III - Há valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?

() Sim, se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):

(x) Não há valores com essas características.

IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II desta Informação novo QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - decorrentes da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional e justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):
A contratação está compatível com os preços praticados pela empresa com os entes da Administração Pública tendo em vista que o valor proposto ao TRE-RO é menor que a média de preço praticado pelo proponente com referidos entes.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos? Caso positivo, deverão ser devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):
Publicação:	Valor estimado é sigiloso: (x) Não, PUBLICAR. () Sim (INDICAR O FUNDAMENTO): <u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital da licitação, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização do certame.

ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA

- **INSERIR QUADRO** com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.

ÓRGÃO PÚBLICO PESQUISADO	VALOR TOTAL	VALOR POR USUÁRIO	EVENTO
ARQUIVO NACIONAL	R\$ 1.749,00	R\$ 295,80	0741803
PREFEITURA DE RIO VERDE (GO)	R\$ 1.670,40	R\$ 278,40	0741804
PRT DE CAMPINAS - SP	R\$ 1.479,00	R\$ 295,80	0741806
PROPOSTA APRESENTADA AO TRE-RO	R\$ 2.784,00	R\$ 278,40	0741786

ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **INSERIR QUADRO** com os preços considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - e o método ou métodos utilizados para obtenção da estimativa (média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços):

ÓRGÃO PÚBLICO PESQUISADO	VALOR TOTAL	VALOR POR USUÁRIO	EVENTO
ARQUIVO NACIONAL	R\$ 1.749,00	R\$ 295,80	0741803
PREFEITURA DE RIO VERDE (GO)	R\$ 1.670,40	R\$ 278,40	0741804
PRT DE CAMPINAS - SP	R\$ 1.479,00	R\$ 295,80	0741806
MÉDIA DE PREÇO POR USUÁRIO		R\$ 290,00	

CONCLUSÃO

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 28/09/2021, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0743366** e o código CRC **8814F83D**.

0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: **Inexigibilidade** – Contratação de Pessoa Jurídica para
fornecimento de assinaturas, com acesso individual à plataforma digital
Jusbrasil, Plano Jusbrasil PRO Corporativo Básico - **Carta-Contrato.**
Análise

PARECER JURÍDICO Nº 173 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - **SEPM** pretende a contratação direta da empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **07.112.529/0001-46**, detentora de exclusividade, no território nacional, na comercialização da plataforma digital Jusbrasil, Plano Jusbrasil PRO Corporativo Básico ([0733235](#)).

02. A solicitação para autorização da contratação contendo as informações iniciais ([0736862](#)) foi apresentada ao secretário da SAOFC pelo chefe da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM). Pelo Despacho 1564/2021 ([0736941](#)) foi autorizado pelo titular da SAOFC o pedido para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Projeto Básico e da Informação Conclusiva do Valor Estimado.

03. Finalizando a instrução do procedimento, juntou-se aos autos o ETP 3 ([0741788](#)), o Projeto Básico 7 ([0743246](#)), a Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0743366](#)), e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA. CNPJ: 07.112.529/0001-46. (Receita federal – [0733256](#), Trabalhista – [0733259](#), FGTS - [0743361](#) e CNJ – [0743359](#)).

04. O Projeto Básico 7 ([0743246](#)) contém a descrição do objeto, justificativa, inexigibilidade, valor, forma de pagamento, contrato, aderência orçamentária, gestão e fiscalização. Dentre seus anexos a proposta comercial da empresa ([0741786](#)), Carta de Exclusividade fornecida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO Regional BAHIA ([0736845](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

além das certidões comprovando a situação de regularidade fiscal do fornecedor, conforme mencionado no item anterior.

05. Na análise do Projeto Básico 7 ([0743246](#)) pela Coordenadoria de Material e Patrimônio foi registrado a aprovação do referido PB e a adjudicação do objeto a empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA**, CNPJ n. 07.112.529/000146, nos termos do no art. 25, da Lei n. 8.666/93, se manifestando a unidade no sentido de que a Autoridade Superior, caso aprove o projeto básico, também adjudique seu objeto à referida proponente.

06. Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária COFC ([0744194](#)) no valor de **R\$ 2.784,00** (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais), oportunidade na qual concluiu que *“a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) referente ao exercício financeiro”*.

07. A minuta de carta-contrato ([0746038](#)) foi juntada aos autos pela SECONT. Assim instruídos vieram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0746039](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. De início, importa esclarecer sobre a possibilidade de aquisição por inexigibilidade, na esteira do que dispõe o artigo 25 da Lei n. 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Nesse sentido, o Manual de Licitações & Contratos, de autoria do Tribunal de Contas da União, preconiza:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é **impossível** pela inviabilidade de competição ou desnecessária.

A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229) (negritou-se)

10. Está presente nos autos a declaração da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Regional da Bahia – ASSESPRO ([0736845](#)) atestando que a empresa GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA, CNPJ n. 07.112.529/000146 detém exclusividade no fornecimento do serviço que se pretende adquirir, em todo território nacional. Conclui-se, portanto, que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação descrita no **art. 25, caput, da Lei Geral de Licitações e Contratos**, visto que demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição. A esse respeito temos o Acórdão TCU Plenário n. 125/2005:**

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

11. No presente caso, verifica-se que há exclusividade no fornecimento do serviço, já que o sistema Jusbrasil PRÓ é comercializado apenas pela empresa acima mencionada, mesmo assim a vantajosidade na contratação foi demonstrada pela comparação de preços de contratações realizadas entre órgãos públicos, conforme metodologia aplicada para obtenção da estimativa de preços ([0743366](#)).

12. Por outra volta, o PB 7 ([0743246](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93, razão pela qual se recomenda sua **aprovação pela autoridade competente, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.**

13. Resta, neste momento, a análise formal dos termos da minuta do instrumento anexada no evento 0746038. Pois bem, verifica-se que o referido instrumento contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

14. Diante ao exposto, percebe-se que a contratação solicitada pela **SEPM** poderá ser processada diretamente com a empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA**, CNPJ n. 07.112.529/000146, na medida em que está configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no **caput do artigo 25 da Lei n. 8.666/93**, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público, situação que deverá ser reafirmada no ato da contratação, se necessário.

15. Além disso, após análise formal dos termos da minuta de carta-contrato ([0746038](#)), esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos do referido documento, **nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.**

16. Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos, nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93.**

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 13/10/2021, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0749724** e o código CRC **CFC5B6D8**.

0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002897-07.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de assinaturas, com acesso individual à plataforma digital Jusbrasil, Plano Jusbrasil PRO Corporativo Básico.

DESPACHO Nº 1399 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - **SEPM** pretende a contratação direta da empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **07.112.529/0001-46**, detentora de exclusividade, no território nacional, na comercialização da plataforma digital Jusbrasil, Plano Jusbrasil PRO Corporativo Básico ([0733235](#)).

Carreou-se aos autos a proposta comercial da empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA** ([0733237](#)) e o certificado de exclusividade fornecido pela **Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Regional Bahia - ASSESPRO** ([0736845](#)).

A unidade demandante elaborou solicitação de contratação 2 ([0736862](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 3 ([0741788](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação (0741817).

Juntou-se os documentos inclusos nos eventos [0741803](#), [0741804](#) e [0741806](#), demonstrando nos autos os preços contratados com outras entidades públicas, a fim de comprovar que a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

A regularidade da proponente para contratar com a Administração Pública foi comprovada pela juntada da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ([0733256](#)), Certidão Negativa de Tributos Municipais ([0733257](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0733258/0743361](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0733259](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0743359](#)).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 7/2021-SEPM ([0743246](#)), que dimensionou o valor total da contratação em R\$ 2.784,00 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais), com valor unitário anual, por usuário, no total de R\$ 278,40 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta centavos), descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico n. **7/2021/SEPM** ([0743246](#)), complementado pela proposta da empresa (evento [0741786](#)), por se encontrar em consonância com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, bem como pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0744004](#)).

A SPOF atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor da contratação, juntando aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 2.784,00 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais), contendo ainda a informação de que foi efetuado o Pré-empenho 2021ND000544, e que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0744194](#).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0746038](#)) e remeteu para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0746039](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral emitiu Parecer Jurídico nº 173/2021 ([0749724](#)), opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ **sob o n. 07.112.529/0001-46**, por inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico e pela ratificação da despesa com publicação do ato na imprensa oficial e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal. Por fim, aprovou os termos da minuta da carta-contrato ([0746038](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/1993.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação tanto do ETP [0741788](#) quanto do Projeto Básico 7/2021 ([0743246](#)); reconhecendo a situação de inexigibilidade de licitação e autorização da despesa, com a contratação direta da empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ **07.112.529/000146** e publicação do ato **no Diário Oficial da União - DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade ([0750396](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente é detentora de Certificado de Exclusividade (evento [0736845](#)) que comprova ser a empresa **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, autora e fornecedora exclusiva, e detentora dos códigos fontes no Brasil, do produto Jusbrasil PRÓ, destinado a disponibilização de assinatura anual de acesso individual aos benefícios Jusbrasil. Portanto, verifica-se a demonstração da impossibilidade material



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Associação da entidade equivalente.

A unidade demandante, no item 3 do Projeto Básico ([0743246](#)), justifica a necessidade da contratação, diante da necessidade de atender as constantes demandas de pesquisas pelos servidores principalmente assessores jurídicos os que atuam como assessores ao pleno e gestores, ampliando acesso ao conhecimento, em especial pelos servidores das zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprovo o ETP ([0741788](#)) e o Projeto Básico nº 7/2021 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM ([0743246](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0741817](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;

IV - Adjudo o objeto à empresa GOSHME SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA, inscrita no CNPJ 07.112.529/000146 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor total de R\$ 2.784,00 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais) condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação; e

V - Determino a publicação do ato de ratificação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#);

À SAOFC para a continuidade, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/10/2021, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750538** e o código CRC **82C82C4D**.

0002897-07.2021.6.22.8000